

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR OS IMPACTOS DAS FORTES CHUVAS NA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS

REQUERIMENTO N° 2026
(da Sra. **Deputada Delegada Ione**)

Requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão Externa destinada a acompanhar os impactos das fortes chuvas na Zona da Mata de Minas Gerais, para que a Prefeita do Município de Juiz de Fora (MG) preste esclarecimentos sobre as ações de prevenção de desastres e a aplicação de recursos públicos destinados à mitigação de riscos no município.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão Externa, com o objetivo de debater as ações de prevenção, planejamento urbano e gestão de riscos adotadas pelo Município de Juiz de Fora diante de eventos climáticos extremos.

Para tanto, solicito que seja convidada:

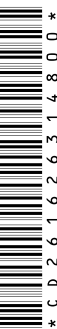
- **Sra. Margarida Salomão, Prefeita do Município de Juiz de Fora (MG).**

JUSTIFICAÇÃO

As fortes chuvas que atingiram recentemente o município de Juiz de Fora e diversas cidades da Zona da Mata mineira provocaram uma das mais graves tragédias recentes da região, causando perdas humanas, destruição de residências, danos à infraestrutura urbana e profundo impacto social na vida de milhares de famílias.

Diante da gravidade dos fatos, é dever desta Comissão Externa buscar esclarecimentos sobre as políticas públicas de prevenção e mitigação de desastres adotadas pelo poder público municipal, especialmente no que diz respeito à drenagem urbana, contenção de encostas, monitoramento de áreas de risco, obras estruturais e planejamento urbano.

Juiz de Fora possui histórico conhecido de áreas suscetíveis a deslizamentos, alagamentos e outros eventos decorrentes de chuvas intensas. Por essa razão, é fundamental que sejam apresentados, de forma clara e transparente, os investimentos realizados nos últimos anos em ações de prevenção, bem como os programas e medidas efetivamente executados com recursos públicos destinados à redução de riscos.



A população que sofreu diretamente com os efeitos dessa tragédia tem o direito de saber o que foi feito, quanto foi investido e quais medidas foram adotadas para prevenir ou minimizar os impactos desse tipo de evento climático.

A realização desta audiência pública permitirá que o Parlamento exerça sua função fiscalizatória, possibilitando que a administração municipal preste contas das ações realizadas, dos recursos aplicados e das políticas públicas implementadas na área de prevenção de desastres.

Mais do que apontar responsabilidades, esta Comissão busca garantir transparência, trazer soluções, esclarecer os fatos e contribuir para que tragédias dessa natureza sejam enfrentadas com planejamento, responsabilidade e efetiva proteção à população.

Diante da relevância do tema e do interesse público envolvido, conto com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, de de 2026.

Deputada **Delegada Ione**
Deputada Federal

